

Documento Final da 3ª Assembleia do Povo Kinikinau

Pela terra e contra o marco temporal: somos Kinikinau!

Somos tratados como forasteiros e sofremos muita violência e pressão na aldeia São João, localizada dentro da terra indígena Kadiweu, onde a maioria de nós vivia até pouco tempo. Hoje, não podemos plantar, criar animais, desenvolver nossas vidas e nem manifestar nossas culturas sem que sejamos agredidos e saqueados. A violência está aumentando, e tememos que isso possa custar as nossas vidas, se nada for feito.

Isso acontece porque há mais de cem anos o Estado resolveu tirá-la de nós, e depois nos declarar mortos, inexistentes. Fantasmas, presentes só nos livros. Mas, das “*cinzas de um povo extinto*”, como afirmaram os documentos oficiais e as palavras dos poderosos, nós nos reafirmamos, como temos feito por todo um século de resistência: **somos Kinikinau!**

Com a solidariedade do povo Terena – que tem nos permitido viver em suas aldeias - e apoio de outros povos indígenas do estado, fizemos em 2014 e 2015 nossas duas primeiras assembleias. Montamos nosso Conselho Originário, reafirmamos nossa identidade e enviamos inúmeros documentos e cartas cobrando do Estado brasileiro que reparasse o crime histórico e tentativa de genocídio/etnocídio físico e cultural realizado contra nosso povo.

Pelo terceiro ano consecutivo, entre os dias 13 e 16 de outubro, fizemos nosso terceiro encontro, na terra indígena retomada Mãe Terra, dos Terena, em Miranda. Nos reunimos mais uma vez com nossos irmãos Terena, Kaiowa, Guarani e Kadiweu para juntos firmarmos o compromisso de unificar nossas forças em uma grande luta comum de resistência originária.

E se ontem tivemos que escrever documentos para o Estado afirmando que nós existimos, hoje, escrevemos para dizer que nós e todos os demais povos continuaremos resistindo! Resistindo frente à tentativa de massacre e genocídio que o Estado Brasileiro continua levando a cabo contra nós, através da PEC 215, PEC 241, Portaria 303, marco temporal, decisões judiciais a favor dos ruralistas... Até que todas estas ferramentas sejam derrotadas e que seja cumprida a Constituição, garantindo a demarcação de nossos territórios, nós lutaremos.

Frente ao descaso e a inércia da Funai e demais instâncias, nós, Kinikinau:

- EXIGIMOS a imediata reparação para com nosso povo através do reconhecimento de nosso território tradicional e da tomada de medidas que

garantam nossa segurança e nossos direitos a uma vida digna e em paz nos territórios que ocupamos hoje. É uma obrigação do Estado reverter este crime que ele mesmo cometeu;

- EXIGIMOS que imediatamente seja constituído GT da FUNAI para a identificação de nosso real território. Queremos crer no bom senso e na sensibilidade dos agentes do Estado, mas frente ao quadro que se desenha muitos de nós já acreditam que não há alternativa se não ser unir forças com os parentes de outros povos e partir para a retomada de nossa terra ancestral nem que tenhamos que morrer por isso;
- SOLICITAMOS, de forma imediata, uma reunião entre presidência da Funai, Ministério da Justiça, representantes de nossos Conselho Kinikinau e demais conselhos indígenas do Mato Grosso do Sul para tratarmos do tema;
- REPUDIAMOS a ausências dos órgãos estatais FUNAI e SESAI em nossa assembleia e exigimos que nas próximas, eles compareçam com pessoas imbuídas de poder de decisão.

E ao judiciário brasileiro, nós, Kinikinau, junto com os Guarani, Kaiowa, Terena e Kadiweu, exigimos o fim do uso do marco temporal. Alertamos - aos desembargadores da segunda instancia da Justiça Federal em São Paulo e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal - que esta não é uma alternativa para as demarcações, mas sim uma declaração de guerra e extermínio contra nossos povos.

Nossos direitos são constitucionais, originários e são anteriores a existência do estado e da própria Constituição. O marco temporal leva o conflito mesmo para terras e territórios que já se encontram em paz, depois de longos anos de massacre.

O marco temporal decreta a guerra civil entre os indígenas e os brancos, e isto precisa ser evitado. Não temos escolha, se não resistir às decisões baseadas no marco temporal, mesmo sabendo que isso pode significar morte de guerreiros e guerreiras. Pedimos que revoguem esta estratégia maldosa dos ruralistas, e que seja usada a ferramenta correta para demarcar terras indígenas: a Constituição Federal de 1988.

Por fim, dizemos que a cada novo dia e a cada novo sol algo brilha mais forte dentro de nós. As raízes nunca arrancadas de nosso povo já sabem onde temos que nos enraizar, e cada vez mais forte escutamos o chamado de nossa terra e lar ancestral.

O povo Kinikinau nunca deixou de existir. O estado tentou no levar para longe, mas nós ficamos. Tentou nos separar, mas nos reunimos. Tentou nos calar, mas nós conversamos. Nos oprimiu, mas nós resistimos. Tentou nos transformar forasteiros, e agora dizemos que estamos dispostos a ir até as ultimas consequências para recuperar o que sempre foi nosso, nosso território tradicional, nosso lar ancestral que sabemos onde está.

O povo Kinikinau está novamente em marcha, em marcha para casa. Por isso, pedimos pressa ao Estado para que cumpra com suas obrigações, pelos caminhos constitucionais, e reverta o crime que cometeu contra nós.

16 de outubro de 2016

Terra indígena retomada Mãe Terra / Miranda/MS

Assinam as lideranças e representantes de todos os povos presentes na 3ª assembleia